

JOSIER VILAR

Médico e Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ

Paulo Freire, inteligência artificial e a formação dos médicos do século XXI

Dias atrás, encontrei o porteiro do prédio onde moro. Durante nossa conversa, ele me contou que havia sido diagnosticado com hipertensão arterial e diabetes. Após atendimento em uma unidade de saúde, recebeu a prescrição de medicamentos modernos para o tratamento das duas doenças.

Havia, porém, um problema fundamental: ele não conseguia comprá-los. Os preços eram simplesmente incompatíveis com sua realidade econômica.

Esse episódio aparentemente cotidiano me levou a refletir sobre a formação dos nossos médicos. Afinal, de que vale uma prescrição cientificamente correta se o paciente não tem condições de segui-la?

Diante da realidade social e econômica de grande parte da população brasileira, talvez tenha chegado a hora de incorporarmos de maneira mais efetiva à formação médica alguns princípios pedagógicos de Paulo Freire, especialmente sua ideia de partir da realidade concreta para problematizá-la e, a partir dela, construir conhecimento e possibilidades de transformação.

Na medicina, isso significa compreender que não basta conhecer o tratamento mais moderno ou dominar as melhores evidências científicas. É preciso conhecer também quem é o paciente: onde vive, como trabalha, do que se alimenta, quais são seus hábitos, sua estrutura familiar, sua

capacidade de compreensão e, inevitavelmente, suas condições econômicas.

Podemos atualizar essa concepção para a medicina do século XXI a partir de quatro pilares: base científica sólida; pensamento crítico e criativo; compreensão da realidade social e econômica do paciente; e utilização responsável das novas tecnologias, inclusive a inteligência artificial, como apoio ao diagnóstico e à construção de um plano terapêutico seguro, eficaz e possível de ser seguido.

Esse desafio se torna ainda mais relevante diante da rápida expansão das escolas médicas e da crescente incorporação de conteúdos digitais ao ensino onde a inteligência artificial passa a ocupar um espaço cada vez maior na formação e na prática profissional.

É uma transformação extraordinária, que deve ser estimulada, mas também compreendida em seus limites.

Algoritmos podem organizar informações, analisar grandes volumes de dados, apoiar diagnósticos e sugerir condutas baseadas em evidências. Mas existe o risco de que a padronização algorítmica contribua para homogeneizar o cuidado se não for acompanhada de julgamento clínico, pensamento crítico e conhecimento da realidade individual de cada paciente.

Dois pacientes com a mesma doença podem precisar de estratégias terapêuticas diferentes não apenas por suas características biológicas, mas também por seus hábitos de vida, condições familiares, culturais e econômicas.

É nesse ponto que a humanização da medicina deixa de ser um discurso abstrato ou sentimental para se transformar em uma ferramenta concreta de qualidade assistencial.

Humanizar não significa abrir mão da tecnologia. Exatamente o contrário. Significa utilizar todo o extraordinário arsenal tecnológico disponível sem permitir que ele substitua aquilo que permanece essencial na medicina: a capa-

cidade de ouvir, compreender, dialogar e decidir junto com o paciente.

O grande desafio dos jovens médicos será justamente compatibilizar esses dois mundos: de um lado, tecnologias cada vez mais sofisticadas, capazes de melhorar diagnósticos, tratamentos e expectativa de vida; de outro, milhões de brasileiros que ainda enfrentam enormes dificuldades econômicas para ter acesso até mesmo a cuidados básicos.

Por isso, precisamos discutir também as ementas e os modelos pedagógicos das escolas médicas. O aprendizado deve ser cada vez mais ativo, participativo e colaborativo, estimulando pensamento crítico e criatividade. E deve ensinar o futuro médico a estabelecer uma comunicação fluida e respeitosa com o paciente, procurando compreender seus hábitos de vida e de consumo, seu ambiente familiar e sua realidade econômica.

O paciente não pode ser apenas o portador de uma doença para a qual um protocolo oferece uma resposta. Ele é uma pessoa inserida em uma realidade concreta.

Uma prescrição inacessível pode ser impecável do ponto de vista farmacológico e fracassar completamente do ponto de vista terapêutico.

Talvez seja justamente aí que Paulo Freire tenha muito a ensinar à medicina contemporânea. Seu pensamento, baseado no diálogo, na problematização da realidade e na construção ativa do conhecimento, pode inspirar uma formação médica mais crítica, mais criativa e mais conectada às necessidades reais da população.

Na era da inteligência artificial, formar bons médicos exigirá muito mais do que ensinar a utilizar novas tecnologias. Exigirá formar profissionais capazes de fazer aquilo que nenhum algoritmo deveria decidir sozinho: compreender a realidade de cada ser humano e transformar conhecimento científico em cuidado possível.

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

As eleições estão chegando

Faltando doze dias para as eleições, quando o país vai mudar- ou não- todo o quadro dirigente, a população está com sua atenção dividida. Difícil saber o que mexe mais com o nosso eleitorado: se as propostas(?) dos candidatos ou o envolvimento dos ministros do Supremo, nosso órgão máximo de Justiça, com toda sorte de trapalhadas e corrupção.

Ressalte-se que não são todos os envolvidos, mas, lamentavelmente a desconfiança acaba atingindo a todos. Para agravar o quadro de desconfiança no Judiciário, o ministro Gilmar Mendes usa as redes sociais para colocar em dúvida a

imparcialidade do Tribunal Superior Eleitoral, alertando para o risco de sua politização. A Corte Eleitoral é presidida hoje por Kássio Nunes Marques, tendo como vice André Mendonça, ambos indicados para o STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. É a briga política dentro do Judiciário que reflete a radicalização na sociedade. Uma briga que não termina por agora e que só será solucionada daqui a alguns anos, quando acabar com a radicalização imposta por grupos que hoje dominam a vida pública no país. Vivemos esta radicalização que só interessa aos grupos envolvidos. Um problema que pode custar caro ao país e que, por isso, a sociedade precisa se afastar dele. Precisa ter ouvidos para outros candidatos, muito embora para esta eleição o quadro já esteja definido.

As pesquisas, todas elas, mostram que a disputa presidencial ficará mesmo entre Lula e Flávio, um presi-

dente que busca seu quarto mandato e um político cuja principal credencial é ser filho de um ex-presidente que tentou um golpe para se perpetuar no Poder. A escolha entre um e outro será, certamente, por radicalismos, pois tanto um quanto outro não apresentam qualquer proposta séria, exequível, embora digam sempre de boca cheia que “eu vou fazer”, esquecendo-se de que nada farão sem a maioria legislativa.

Mas este pseudo superpoder existe também nas disputas estaduais. Em Minas, por exemplo, onde o candidato Cleitinho corre o risco de vencer no primeiro turno, ele garante que fará tudo o que quiser, embora só fale em baixar impostos e isentar o IPV. Como vai compensar a perda de receita ele não explica. Certamente por não saber.

OTAVIO LEITE

Consultor da presidência da Fecomércio RJ. Ex-deputado federal, é autor do dispositivo legal que obriga a apresentação do Plano de Governo dos candidatos.

Promessas, candidatos e realidade

No ano de 2010, entrou em vigor no país um novo dispositivo como regra eleitoral: a obrigação - para fins de registro de candidatura à presidência, governador e prefeito -, de apresentação, à Justiça Eleitoral, das “Propostas defendidas pelos candidatos”.

O objetivo era o de proporcionar à sociedade a informação plena do conteúdo do Plano de Governo de todos os postulantes aos cargos majoritários, oferecendo mais elementos para a construção do voto. Ainda, que tais propostas passassem a ser fontes legais para o acompanhamento da execução das mesmas ao tempo do exercício do mandato da campanha vitoriosa. E assim, em havendo discrepância e se configurando, na prática, ofensa ao que foi proposto, permitir-se que o eleitor tenha o direito de questionar, judicialmente, tal “estelionato eleitoral”, numa espécie de gênese brasileira do que se intitula em direito político-eleitoral, “o recall” (destituição do eleito).

A ideia era de instituir um verdadeiro antídoto contra a tradicional demagogia - característica de nossos processos eleitorais ao longo de décadas. Pois sempre foi comum candidatos proporem algo inviável ou mesmo delirante - na busca do voto.

Nesse sentido, o impacto da medida, por outro lado, haveria de provocar uma mudança no comportamento dos candidatos, lhes ensejando mais senso de responsabilidade.

Com efeito, isto é, ao dizer que fará uma obra “x”, também deveria demonstrar como irá garantir os recursos para tal. Ou mesmo, se houver afirmado que “não aumentaria impostos”, e vier a se contradizer quando no governo, isso geraria uma nítida ilegalidade. Afinal, ganhou votos prometendo o que não cumpriu...

Daí a necessidade de apresentação de Plano de Governo sério. Afinal, a rigor, nenhum candidato vitorioso poderá fugir da realidade dos números orçamentários (receitas, despesas, dívidas anteriores, disponibilidade efetiva para novos investimentos). Isto é, na realidade qualquer Plano de Governo, para ser factível, precisa caber dentro do orçamento possível de cada ente federado. Do contrário, será mera retórica, concebi-

da para vencer as eleições. E o eleitor merece saber sobre isso.

Não obstante esses bons propósitos, penso que essa iniciativa (proveniente do meu Projeto de Lei 4528/2008, cuja essência foi incorporada com o fundamental apoio do relator, então deputado Flavio Dino, no inciso XI, do art .10 da Lei 9504), na verdade, ainda carece de divulgação. A começar pelo próprio TSE, que bem poderia jogar luzes no tema - incorporando a ideia nas suas amplas propagandas. Seja para ajudar na definição do voto, seja para que a população tenha mais instrumentos para agir - aperfeiçoando nossa democracia.

Sem dúvida que, a cada eleição, o sentimento geral que aflora em todos nós é a esperança por um “tempo melhor”. Ou seja, é o instante sublime de um diálogo que se espera sincero e promissor com o futuro. Ouvir e debater o que cada um deseja fazer é o óbvio, mas o conteúdo desta discussão não deve ser mascarado pela ilusão convidativa das promessas fáceis que tantas frustrações provocam.

Tudo bem que pensar sobre o amanhã traz romantismo - todos sonhamos -, mas eleição para ser autêntica exige pés no chão: dos candidatos e de todos nós, eleitores. Não há mágica.